

***O Estado de S. Paulo e a independência cubana:
repercussão e posicionamento (1895-1898)***

RENATO CESAR SANTEJO SAIANI*

Introdução

O território cubano passou por uma primeira tentativa de se tornar independente entre os anos de 1868 e 1878. De certa forma, a Guerra dos Dez Anos terminou em 1878, embora quase que imediatamente tenha ocorrido a Guerra Chiquita, breve, mas violenta, que poderia ser considerada uma continuação ou ressurgimento da anterior. Mas, há um fato fundamental a ser considerado: a guerra não acabou com a derrota dos independentistas cubanos, mas com um pacto ou convênio denominado de Zanjón. O pacto não deu liberdade a Cuba, mas instaurou na Ilha o sistema político vigente na Espanha, com o qual lhe conferiu a condição de província espanhola. Tampouco concedeu liberdade aos escravos, apenas a aqueles que tivessem lutado em qualquer dos dois lados (FRAGINALS, 2005: 315-316). Assim, sem alcançar seus objetivos principais, recairia sobre a figura de José Martí, treze anos depois, o fardo de organizar e lutar pela nova tentativa de tornar Cuba independente. Ao fundar o Partido Revolucionário Cubano, em 1892, Martí deu as bases para que o processo revolucionário se organizasse e buscou nos líderes da primeira revolução apoio para iniciar, em 1895, uma nova guerra contra o jugo espanhol.

A segunda guerra de independência de Cuba foi de extrema importância no cenário internacional do final do século XIX, pois serviu de agente catalisador para importantes mudanças nas relações entre alguns países. O desfecho da guerra concluiu a desintegração do império colonial espanhol na América mediante perda de Cuba e Porto Rico e configurou-se como o início de uma nova fase da política exterior norte-americana para a América Latina, assim como de redefinição dos governos latino-americanos em relação aos Estados Unidos e a Espanha. Essa é uma temática negligenciada na historiografia brasileira, levando-se em consideração que na Espanha, Estados Unidos, Cuba – pelo seu envolvimento direto no fato – e na Argentina vários

* Mestrando do programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Assis. Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

estudos foram produzidos no intuito de discutir esse assunto¹. Algumas obras brasileiras abordaram a independência cubana, mas visando dois objetivos: em primeiro lugar demonstrar as bases que levaram à revolução de 1959 e a consequente implantação do regime socialista². Em segundo lugar, abordar a geração de intelectuais que surgiram após a perda dos territórios coloniais espanhóis, baseado nas teorias do hispanismo, que buscava um domínio intelectual espanhol sobre a América Latina³.

É importante destacar, também, que a imprensa também teve papel importante no conflito. Favorecida pelas novas tecnologias do último quarto do século XIX, destacando-se o telégrafo, a imprensa se tornou mais atrativa aos olhos de seus leitores, além de conseguir publicar as notícias com maior rapidez e eficiência (BARBOSA, 2007: 24). Nos Estados Unidos a imprensa sensacionalista liderada pelos jornais *The New York Herald* e *The New York Journal*, de propriedade, respectivamente, de Joseph Pulitzer e William Randon Hearst, enxergaram na guerra de Cuba uma oportunidade de aumentar a venda de seus periódicos, usando a provocação e o exagero, interferindo diretamente em alguns momentos no conflito. Na Espanha e em Cuba a imprensa oficial e a censura marcaram a participação dos periódicos no conflito. A Espanha proibiu qualquer manifestação, que não fosse a governamental, dentro do território cubano e colocava na imprensa oficial suas manifestações sempre favoráveis ao exército espanhol. Assim, surgiu o interesse de buscar como a imprensa de um país, que se manteve fora do conflito armado, como o Brasil, mas que tinha uma considerável representatividade no continente e uma relação estreita com os Estados Unidos, se manifestou ou se posicionou em relação ao conflito. Dessa forma, a imprensa brasileira, representada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, foi definida como fonte e objeto de estudo para perceber como tal periódico repercutiu e se posicionou em relação ao conflito pela independência cubana.

¹ Dentre as várias obras podemos citar: DOMINGO ACEBRÓN, Maria Dolores. Rafael Maria de Labra, Cuba, Puerto Rico, Las Filipinas, Europa y Marruecos, en la España del sexenio democrático y la Restauración (1871 – 1918); ELORZA, Antonio e HERNÁNDEZ, Elena. La Guerra de Cuba (1895-1898); FRAGINALS, Manoel Moreno. Cuba-Espanha-Cuba: uma história comum.; GANIVET, Angel. *El porvenir de España*; MENDOZA, Celina A. Lértora (organizadora). *La Guerra de Cuba desde el Río de la Plata*. In *Cuartas Jornadas de Historia*; ROBLES MUÑOZ, Cristóbal. *1898: diplomacia y opinión*

² Conf. FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo*; JÚNIOR, José Rodrigues Máo. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868 - 1963)*.

³ Conf. CAPELATO, Maria Helena. “A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. In *Revista de História. USP*. nº 22. São Paulo, 2003.

O presente trabalho pretende analisar o conflito de independência cubana sob a ótica do periódico *O Estado de S. Paulo*, levando-se em conta seu posicionamento político, a distribuição das notícias e como os países em litígio são retratados. Esses objetivos serão correlacionados com o momento político em que se encontrava o território brasileiro. Ressalta-se que o jornal será utilizado de acordo com a concepção formulada por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, segundo a qual

a escolha de um jornal como objetivo de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação, de interesses e de intervenção na vida social, nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que o tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980: XIX)

Breve estrutura da guerra e a situação brasileira

Segundo o historiador cubano, Manuel Moreno Fraginals (2005: 339) a guerra de independência de Cuba pode ser analisada em três planos simultâneos, que conectados entre si formam um só conjunto de relações. Na ação militar, trava-se o combate entre as tropas independentistas e as tropas espanholas. Simultaneamente, nos Estados Unidos, no exílio, trava-se uma batalha não declarada pelo comando do PRC (Partido Revolucionário Cubano), o que, por sua vez, significava poder decisório sobre a orientação política da guerra e definir quem seriam, em última instância, os interlocutores com a Espanha e o governo norte-americano. Finalmente, outro ponto, é a batalha, inicialmente diplomática e, posteriormente, militar entre Espanha e Estados Unidos, como um terceiro envolvido, com seus interesses específicos sobre Cuba.

A guerra tornou-se um grande confronto militar e inaugurou um novo modo de guerrear, com movimentações estratégicas, orquestração de forças, iniciadas muito antes da declaração efetiva de guerra, utilização de campos de concentração e o envolvimento dos diversos setores da sociedade, por meio de redes midiáticas de propaganda, principalmente a imprensa. A Espanha, segundo Fraginals (2005: 335), realizou um esforço militar jamais produzido por uma potência colonial no território americano: 220.285 soldados foram trazidos para Cuba, além dos mobilizados dentro do próprio território da Ilha. Tal contingente não foi suficiente para sufocar o movimento revolucionário, que se apoiava no conhecimento do território e na guerrilha para atacar

de forma aguda os exércitos espanhóis. Deve-se ressaltar que o exército espanhol teve grandes dificuldades devido às doenças existentes na ilha de Cuba – febre amarela e vômito negro, por exemplo – responsáveis pela perda de uma grande quantidade de soldados. Já no ano de 1898, com a intervenção norte-americana, o exército da metrópole, desgastado pelos anos anteriores de guerra e com menores recursos bélicos que os combatentes americanos, foram facilmente derrotados em um confronto que durou aproximadamente três meses.

Sob a atividade incansável de José Martí fundava-se em 1892, no território norte-americano o Partido Revolucionário Cubano, cujo objetivo fundamental era preparar a “guerra necessária” para tornar Cuba independente. Foi a primeira manifestação de um novo movimento organizado de luta pela independência, gerado entre os exilados cubanos nos Estados Unidos, que adotou a forma de partido político, dirigido por José Martí, voltado para os setores populares de Cuba e procurando ganhar amplo setor negro-mulato com todo o carisma dos grandes generais da Guerra dos Dez Anos – Antonio Maceo e Máximo Gómez. A luta que tinham por travar não seria conduzida pelos plantadores prósperos que haviam proposto e organizado a Guerra dos Dez Anos, mas estaria nas mãos da grande massa da população. O consenso com relação à independência e à necessidade de igualdade racial era fácil de ser conquistado, pois o setor branco, do movimento independentista, mantinha um bom relacionamento com os setores negro e mulato. Mais difícil era saber quem deveria controlar o futuro movimento político e o governo: líderes militares ou civis? Todas as tendências políticas de Martí favoreciam uma liderança civil, ao passo que Máximo Gómez e Antonio Maceo, temerosos em relação às desavenças políticas existentes durante a guerra anterior, favoreciam uma junta de governo controlada por comandantes militares. Tais questões acirraram as disputas dentro do PRC antes mesmo do início da guerra.

A Guerra Hispano-Americana foi um divisor de águas na presença norte-americana no cenário internacional. Nesse período os Estados Unidos emergiram como potência mundial dominando por um longo período os governos de Cuba, Filipinas e Porto Rico. As relações diplomáticas entre Estados Unidos e Espanha foram extremamente tumultuadas devido a vários interesses conflitantes e a questões que interferiam diretamente nos rumos da guerra, tais como: a chegada de flibusteiros, provenientes dos Estados Unidos, a Cuba, as moções de reconhecimento da beligerância

cubana aprovadas pelo senado norte-americano, as pressões, por parte dos norte-americanos, por reformas na Ilha de Cuba, a falta de simpatia dos Estados Unidos em relação ao general Weyler (GOTT, 2006: 116-117), a residência do Comitê revolucionário cubano nos Estados Unidos e, principalmente, o obstáculo aos interesses econômicos, sobretudo os interesses norte-americanos.

Distante dessa ebulição revolucionária o Brasil passava por um momento de afirmação do recém implantado regime republicano e dos governos conturbados do Marechal Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto. Após o advento da República, em relação à política exterior, o governo viveu uma mudança de prioridades. Os republicanos, na emergência de desfazer o rótulo que tinha o Brasil de ser o diferente da América por ter mantido até então instituições monárquicas e mais ligações como os países europeus do que com o continente americano, procuraram reiterar-lhe a condição de país republicano e americano sempre que lhes apresentavam as oportunidades. O americanismo foi, assim, um traço da política externa da República desde o seu nascimento, em oposição ao europeísmo da monarquia. O período em foco assinala, assim, o início de uma nova forma de relacionamento do Brasil com os Estados Unidos, passando este, a ser um dos principais parceiros do Brasil. (BUENO, 1995: 23)

Durante a luta de Cuba pela sua independência, houve na Câmara dos Deputados manifestações de simpatia pelos rebeldes – falou-se até em reconhecer estes como beligerantes. Durante a Guerra Hispano-Americana o Brasil observou uma rigorosa neutralidade perante o conflito, porém, foi o único país da América Latina a demonstrar simpatia pelos Estados Unidos, além de lhe ter cedido navios – o Brasil procurou as melhores condições de venda e decidiu que daria preferência de compra aos Estados Unidos na hipótese de igualdade de oferta da Espanha (BUENO, 1995: 150-152) Apesar de o governo brasileiro manter uma posição de neutralidade, mas com tendências de apoio aos Estados Unidos, o periódico *O Estado de S. Paulo* assumiu uma postura própria com bases nas questões defendidas em seu ideário, como a defesa dos postulados liberais, a oposição a tendências centralizadoras, a concepção da teoria evolucionista e, destacadamente, buscar na experiência prática de alguns países, como, por exemplo, os Estados Unidos os modelos ideais de governo.

O Estado de S. Paulo a independência cubana

As notícias sobre a Guerra Hispano-Americana surgiram nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, em um momento de defesa dos ideais pan-americanistas e de um furor republicano, em que os setores governamentais buscavam apagar o seu passado monarquista e colocar o Brasil como pertencente ao continente americano. Nessa conjuntura o movimento pela independência de Cuba ganhou espaço privilegiado no periódico brasileiro, que defendia os postulados liberais, o respeito à soberania nacional, e, principalmente, a prática da democracia. As notas e matérias surgiram imediatamente após o início do conflito e aumentaram, gradativamente, com o acirramento dos combates e das disputas diplomáticas.

O periódico apresentou peculiaridades em sua postura e na sua definição em relação a cada país participante do conflito. A primeira manifestação própria do jornal brasileiro ocorre no dia 22 de julho de 1895, por meio de um editorial que debate opiniões importantes para o projeto ideológico brasileiro de se colocar na América e alcançar seus ideais, através de uma defesa dos direitos cubanos:

Cuba: Por mais respeito que nos prendam a Espanha, pelas suas gloriosas tradições cavalleirescas, por mais respeito que inspire o governo daquele país, simbolizado por uma criança e exercido por uma senhora que se tem imposto à estimativa universal pelas suas raras qualidades, por mais difícil que seja conciliar com tal idéia de opressão e tirania, nós americanos, não podemos deixar de ver com irresistível simpatia os revolucionários cubanos. [...]

Há uns pedaços da América que ainda não são americanos. Habita-os gente que, através dos cruzamentos tem nas veias o sangue das tribos primeiras que ali nasceram e viveriam livres e independentes. Para essa gente as tradições são bem diversas daquelas que são a glória e a graça de Castela. A sua história é muito mais curta, muito mais ingênua, muito mais simples e a página negra dessa história é o domínio estrangeiro, é o branco europeu que lhe ofereceu a cultura, por processos que indigna, não considerou muito cultos por que não foram sempre muito suaves. A sua aspiração consiste em volver os olhos ao redor, por este vasto continente novo, que foi libertando-se aos poucos dos que o invadiram, o exploraram, o civilizaram, é certo, mas tomaram conta dele em seu proveito, e verificar que só restam uns pedaços que ainda estão presos aos conquistadores, como se sobre ele passasse uma incapacidade de autonomia, contra a qual eles protestam. Não é mais do que isto. Não chega a ser ódio, é o desejo que tem esse canto da América de ser também americano. ("OESP", 22/07/1895: 01)

Nesse editorial demonstra-se uma importante manifestação favorável do jornal em relação à causa revolucionária. Podemos notar as questões que permeavam a esfera

política do Brasil e também os ideais específicos do periódico. É perceptível uma clara argumentação do direito dos cubanos de serem “também americanos”. Para reforçar essa questão é utilizado o direito de Cuba ter a sua própria história, seus costumes uma população independente da Espanha. Outra questão importante é o da soberania nacional, no momento em que o jornal cria um questionamento sobre o real direito da Espanha ainda querer a manutenção desse sistema colonial. Apesar da defesa do direito cubano de ser independente, não há grandes acusações ou uma posição mais contundente em relação à Espanha, pois é demonstrado grande respeito para com o país europeu, mas o jornal apresenta seu direito de questionar a situação existente em Cuba – tal situação é uma tendência em todos os anos analisados.

Durante o conflito, o periódico apresentou um apoio político às questões defendidas pelos norte-americanos em relação ao conflito em Cuba. Foi uma tendência, durante os anos de 1895, 1896 e 1897, apoiar os Estados Unidos através de ideais americanistas ou pan-americanistas, como pode ser observado na notícia do dia 10 de dezembro de 1896, baseada em uma mensagem do presidente norte-americano:

10 de dezembro 1896, Os Nossos Telegrammas:

A mensagem presidencial afirma que a causa da pacificação tem perdido terreno. Como se sabe, disse-se em tempo que os Estados Unidos propuseram à Espanha sua interferência para pacificar a ilha de Cuba mediante a concessão da autonomia.

Das últimas notícias dos Estados Unidos também se infere que o governo do presidente Cleveland não acha títulos à beligerância por parte da revolução separatista, está resolvido a mudar de atitude se tornar evidente a incapacidade da Espanha para vencer a revolução e se extinguir a sua soberania.

A dar-se esta hipótese, diz a mensagem que o governo norte-americano não hesitará em cumprir a sua obrigação, a qual, para que os Estados Unidos defendam os interesses próprios e salvem o resto dos interesses alheios, será outorgar à Cuba a paz. [...]

Há um caso em que a beligerância é irrecusável. Esse caso é o da extinção da soberania. A ele se refere como acima notamos a mensagem presidencial. Ou os Estados Unidos reconhecem que este caso está iminente, ou entendem que a intervenção deve ser feita em nome dos interesses de ordem diversa da dos que são propriamente derivados de outro direito. (“OESP”, 10/12/1896: 01)

Há uma sutil defesa da intervenção em Cuba por parte dos Estados Unidos. Mas, esse apoio se dá, considerando que essa intervenção aconteça apenas, quando se ferir o direito de soberania nacional de um país, questão defendida pelo jornal. É interessante ressaltar a citação das características do “Destino Manifesto” norte-americano, que manifesta o direito de intervir nas questões internacionais quando achar necessário ou

quando ferir seus interesses. Em síntese a defesa das questões norte-americanas, por parte do jornal, apresenta-se no momento em que entram em conformidade as questões americanistas e os interesses políticos e ideológicos do jornal. Essa defesa é influenciada, também pela posição governamental brasileira, de alinhamento com os interesses norte-americanos, buscando atingir seus objetivos políticos.

Nota-se que durante os três primeiros anos de guerra, o periódico manteve um posicionamento bem definido em relação à luta de independência cubana, a insistência espanhola em manter suas posses coloniais e a pressão diplomática norte-americana, que mesclava o seu papel assumido de “defensor da América” e os seus interesses econômicos no território cubano. No ano de 1898 o jornal modifica sua postura em relação ao conflito. Nesse momento o *Estado de S. Paulo* analisa cada caso separadamente, ao invés de seguir uma linha mestra que definia suas defesas e suas oposições. Os ideais americanistas já não se apresentam tão fortes e o modelo norte-americano já não é tão perfeito para o periódico. Isso se dá em decorrência de inúmeros fatores que modificam a ação dos países envolvidos e, principalmente, os ideais defendidos por cada um.

Pressionado por uma opinião pública exaltada e alimentada pela imprensa sensacionalista e pelos interesses comerciais existentes na ilha de Cuba o governo norte-americano, desde 1895, prestou uma atenção detalhada aos acontecimentos no país. O presidente Glover Cleveland recomendara neutralidade e insistiu com a Espanha para que concedesse autonomia à ilha de Cuba, mas não sucumbiu aos pedidos populares por uma guerra. Durante o governo do presidente McKinley, empossado em 1897, o quadro se modificou e o novo presidente considerou que os Estados Unidos deveriam usar ativamente sua influência e bons ofícios para restaurar a paz em Cuba. No fim de 1897 e início de 1898, houve intensas manobras diplomáticas, boa parte das quais se centravam em pressionar a Espanha a vender Cuba aos Estados Unidos, ou de libertar definitivamente a ilha. Assim, com esse ambiente incerto, os Estados Unidos responderam aos inúmeros apelos do general Fitzhugh Lee de que deveria ser enviado ao território cubano, com o intuito de vigiar e defender os interesses do país, uma esquadra norte-americana (THOMAS, 1973: 465). Dessa forma, o navio couraçado *Maine* foi enviado ao porto de Havana. A imprensa e os setores espanhóis se

manifestaram contrariamente a essa ação. Os norte-americanos afirmavam que a visita do *Maine* era puramente cordial.

O periódico, em sua postura própria, considerou que a chegada do *Maine* era negativa para a revolução cubana, pois ao permitir que um navio americano chegasse à costa, os espanhóis estavam fortalecendo seus laços de amizade com os Estados Unidos. Além disso, os espanhóis enviariam como prova de boas relações diplomáticas, navios aos portos americanos, o que se colocava em oposição aos ideais de defesa da revolução cubana por parte do periódico, como mostra notícia de 29 de janeiro:

Os Nossos Telegrammas, 29 de janeiro de 1898

O governo espanhol aos gritos de guerra que atroam a cidade de Madrid, responde logicamente como quem tem a responsabilidade da prosperidade e da felicidade do país ordenando a partida de navios de guerra em visita aos portos norte-americanos, em visita de cortesia, para demonstrar que esta em boas relações com a República dos Estados Unidos.

Basta refletir um momento sobre o desânimo que os partidários de Cuba terão nos Estados Unidos quando virem ali cordialmente acolhida a marinha espanhola.

A causa de Cuba está positivamente perdida. (“OESP”, 29/01/1898: 01)

Durante esse período o *Estado de S. Paulo* passava por um momento de descrédito em relação à revolução empregada pelos *insurrectos* devido a algumas deserções nas fileiras cubanas, duvidando de suas reais motivações e criticando a perda da fidelidade à causa, principalmente, após a morte de alguns dos principais líderes revolucionários – destacando-se a figura do general Antonio Maceo. Considera que a revolução não busca mais a felicidade do povo cubano, mas sim saciar desejos pessoais de alguns revoltosos. Esse fato foi abordado no dia 25 de janeiro:

Os Nossos Telegrammas, 25 de fevereiro de 1898

Ora, compreende-se que Maximo Gomez que, apesar do seu evidente valor militar, demonstra grande desinteresse pela vitória da causa de Cuba, não pode dominar os cubanos autonomistas, que se sentem espanhóis pela tradição e pela raça e que nele unicamente reconhecem um guerrilheiro destemido [...]

Maceo era a representação imaculada do separatismo; Gomez é o obcecado por vingança, o inimigo feroz da Hespanha que responsabiliza pela triste sorte de seu filho. Não traduz uma aspiração nobre: vinga-se e só é mais simpático do que Calisto Garcia pelo fato deste ser o chefe do sindicato da alta do açúcar, negociante tão especulador como valente general.

Hoje, a revolução declina. Nem a recordação de Martí, nem a nobre figura desse heróico e sincero cabo de guerra que foi Maceo, guiam os separatistas. Eles lutam para saciar uma vingança de Maximo Gomez e para aumentar os lucros de “Garcia & Co. Limited”, de Nova York.

Pobre Cuba! Pobres soldados mortos nessa luta tremenda, em que os sinceros verteram o seu sangue para que os especuladores se locupletassem! (“OESP”, 25/02/1898: 01)

Já em fins de dezembro de 1897, Dupuy de Lome, representante espanhol em Washington, havia escrito uma carta pessoal ao editor do periódico espanhol *El Heraldo*. Na correspondência, o ministro espanhol tecia duras críticas ao presidente McKinley e ao seu governo, ao qual considerava “fraco e posando para a administração da multidão, além de ser um político alcoviteiro que tenta deixar a porta aberta atrás de si, enquanto fica em bons termos com os chauvinistas de seu partido” (SCHOULTZ, 1998: 155). Essa carta, no início de fevereiro de 1898, chegou às mãos da imprensa norte-americana e foi publicada nas páginas dos jornais, causando imensa revolta aos setores populares e estremecendo as relações entre os Estados Unidos e a Espanha. O periódico brasileiro se mostrou pessimista em relação a tal acontecimento e a “possibilidade iminente de um confronto militar entre Espanha e Estados Unidos.” (“OESP”, 15/02/1898: 01)

Poucos dias após o incidente da carta de Dupuy de Lome, acontece, o que passou a ser considerada como a principal causa da Guerra Hispano-Americana, a explosão do couraçado *Maine*. O navio descansava ancorado no porto de Havana quando uma gigantesca explosão o afundou instantaneamente, matando, aproximadamente, 258 marinheiros americanos (GOTT, 2006: 118). Além de ser uma tragédia humana, a destruição do navio provou ser um desastre diplomático da maior magnitude. O governo espanhol passou a ser categoricamente responsabilizado pela explosão. A imprensa norte-americana manifestava-se violentamente contra os espanhóis, incitando a opinião pública a atacar os “agressores” e a pressionar o governo dos Estados Unidos por medidas concretas frente ao acontecimento (SCHOULTZ, 1998: 155). O *Estado de S. Paulo* demorou alguns dias para se manifestar em relação à explosão do *Maine*, mas nesse momento não se coloca favorável aos Estados Unidos e a inflamada opinião pública desse país. O periódico se mostra cauteloso e reticente em acreditar que a Espanha tenha atacado o couraçado norte-americano, pois tal atitude se colocava em oposição às conveniências da Espanha de não aumentar as dificuldades pelas quais passava, além de considerar que as acusações norte-americanas não possuíam base comprobatória. Além dessas dúvidas o jornal considera que a questão principal que envolvia a Espanha e os Estados Unidos, a ilha de Cuba, foi esquecida e passou a um plano secundário, como mostra notícia de 06 de março:

Os Nossos Telegrammas, 06 de março de 1898

O desastre do Maine não pode logicamente ser atribuído ao governo hespanhol. O absurdo de tal hipótese deriva das próprias conveniências da Hespanha, que não pode desejar aumentar as dificuldades atuais e que, nos casos espantosos de querer a guerra, era natural que a declarasse [...]

Afirmar que os espanhóis foram os autores do estúpido crime não tem, por enquanto, base alguma. [...]

De ambas as partes a questão inicial foi esquecida. Cuba, que foi o ponto de partida, passa a um plano secundário; o problema da sua independência não é estabelecido pelos norte-americanos, nem a obra da pacificação, começada com o decreto de autonomia, é objeto das atenções dos espanhóis. O conflito hispano-americano está apenas desenhado, ainda não é uma realidade. Mas nas condições atuais é lícito duvidar de que, dado o conflito, Cuba se torne independente. A vitória dos Estados Unidos representaria a sua anexação á grande República e da Hespanha, seria a paz efêmera, por que, mesmo nessa hipótese pouco provável, os norte-americanos preparariam, em curto prazo, uma nova revolução.

É a ilha de Cuba que está sendo prejudicada, afinal de contas, por que para ela a felicidade só pode consistir na paz da independência, como querem os revolucionários. (“OESP”, 06/03/1898: 01)

Declarando que as condições em Cuba constituíam uma ameaça constante à paz, em 11 de abril McKinley enviou sua mensagem de guerra ao Congresso, insistindo em nome da humanidade, em nome da civilização, em prol dos interesses americanos ameaçados, o direito e o dever de agir. Ele pediu ao Congresso que lhe desse o poder de usar a força militar para assegurar uma completa finalização das hostilidades. O Congresso debateu e chegou a uma complexa resolução conjunta que autorizava o Presidente a desalojar os espanhóis. (GOTT, 2006: 120-121)

O *Estado de S. Paulo* posicionou-se contrariamente às resoluções de guerra que estavam sendo tomadas naquele país. Apoiou a posição espanhola de não aceitar a intimação norte-americana, pois considerava inadmissível que os Estados Unidos interviessem em Cuba por motivos que não visavam o reconhecimento da beligerância dos revolucionários ou a independência da Ilha, mas sim saciar interesses econômicos e uma opinião pública exaltada e impregnada de idéias expansionistas, além de uma busca histórica de anexar o território cubano. Nesses momentos alguns ideais americanistas e a figura exemplar dos Estados Unidos, presentes nos anos anteriores da guerra, perdem forças ao se confrontarem com a ideologia defendida pelo jornal de defesa da soberania nacional e da liberdade. Essa indignação é demonstrada no dia 24 de abril de 1898:

Os Nossos Telegrammas, 24 de abril de 1898

Está, portanto, evidente que a guerra tinha de se travar. Não era lícito à Espanha fugir a uma situação criada pela sua política tradicional. Para essa nação já empobrecida, mas cujo orgulho se não sente abatido, é de admirar

a calma com que o governo tem podido atravessar este período agudo da questão cubana. [...]

O congresso americano, cedendo embora à agitação popular, foi mal inspirado. Pondo de parte, as aspirações do povo de Cuba, contestou tão somente a soberania espanhola.

Cuba não será espanhola; mas Cuba não será tampouco independente. Isto foi o que a Hespanha viu; e isto é o que ela não pode nem deve aceitar. [...]

A sorte da revolução cubana fica dependendo da guerra hispano-americana. [...]

A situação da Espanha é gravíssima porque, na hipótese da derrota, não seria a perda de Cuba o seu maior prejuízo. Ela ficaria arruinada, reduzida, sob a indenização brutal de guerra, a falir e entregar-se ao vencedor. Luta, pois, não pela ilha de Cuba, mas pela própria vida. (“OESP, 24/04/1898: 01)

A guerra contra a Espanha foi declarada em 25 de abril de 1898, e os oficiais norte-americanos receberam ordens para se preparar para uma invasão não apenas a Cuba, mas as demais ilhas espanholas no Caribe e no Pacífico. Porto Rico estava no alvo dos Estados Unidos, assim como as Filipinas e a Ilha de Guam. O que outrora fora percebido como uma guerra cubana de libertação nacional se transformou na Guerra Hispano-Americana e na destruição de quatro séculos de império espanhol.

A resistência espanhola foi pobre, e os americanos juntaram-se rapidamente às forças cubanas. Passados alguns meses a esquadra espanhola, comandada pelo almirante Cervera, rompeu a defesa da ilha e saiu ao mar disposta a dar combate aos norte-americanos, mas saiu derrotada de forma humilhante. A vitória norte-americana na terra e no mar estava então completa, e os termos de rendição foram acertados. A rápida guerra encerrou-se em 12 de agosto de 1898, levando o secretário Hay a chamá-la de “esplêndida guerrinha”. (KARNAL, 2008: 167) A seção *A Guerra*, de 14 de agosto de 1898, “afirma que o conflito durou apenas 113 dias e custou por dia um milhão de dólares” (“OESP”, 14/08/1898: 01). O armistício que foi assinado em Washington exigia que a Espanha abrisse mão de sua soberania sobre Cuba, cedesse Porto Rico e Guam aos Estados Unidos e permitissem aos americanos a ocupação de Manila até a negociação de um tratado de paz, que determinaria o controle das Filipinas.

Uma conferência de paz começou em Paris e um tratado foi assinado em 10 de dezembro. Ele declarava que Cuba deveria, com a retirada da Espanha, ser ocupada pelos Estados Unidos, confirmava a cessão das outras ilhas mencionadas no armistício e transferia a soberania sobre as Filipinas para os Estados Unidos em troca de \$20 milhões. Excluídos de todas as negociações, Cuba tinha agora uma condição incerta e ficaria por certo período sob a tutela dos Estados Unidos.

Com a destruição da esquadra espanhola, que fazia o bloqueio de Cuba, o periódico se manifesta de maneira crítica à fraca defesa dos espanhóis, que entraram em uma guerra que não tinham a possibilidade de vencer e, principalmente, a postura de Mateo Sagasta – líder espanhol – que afirmava que o exército espanhol possuía capacidade de enfrentar militarmente os Estados Unidos. Já que a Espanha fora incapaz de defender seus territórios cabia a ela fazer o pedido de paz e aceitar todas as condições impostas pelos norte-americanos. O jornal considerava que os espanhóis deveriam desistir de suas colônias e se livrar do ônus e do risco de novas rebeliões que poderiam aprofundar ainda mais a crise espanhola. Fica claro para o periódico que se a Espanha não tivesse entrado no conflito teria lucrado enormemente. Em primeiro lugar teria conservado seus domínios coloniais, exceto Cuba, e a manutenção do comércio que mantinha com eles. Em segundo lugar, não teria que arcar com os encargos da dívida que a conferência de Paris lhe deu na partilha dos territórios. E por fim, se a Espanha tivesse cedido, como devia fazer uma nação sem condições de resistência eficaz, não teria aumentado a sua dívida interna de maneira brutal (“OESP”, 16/09/1898: 01).

Em relação aos Estados Unidos, José Martí, principal líder intelectual dos revolucionários cubanos e morto no início da guerra de independência, já atentava, em 1889, em decorrência da Primeira Conferência Americana, em Washington, para os ideais intervencionistas norte-americanos e alertava os países independentes da América Latina. Segundo Martí,

jamais houve na América, da independência para cá, assunto que requeira mais sensatez, que obrigue a maior vigilância, que peça exame mais claro e minucioso que o convite que os Estados Unidos, poderosos, repletos de produtos invendáveis e determinados a estender seus domínios pela América, fazem às nações americanas de menos poder, ligadas pelo comércio livre e útil com os povos europeus, para coordenar uma liga contra a Europa e fechar negócios com o resto do mundo. Da tirania da Espanha soube salvar-se a América espanhola; e agora, depois de ver com criterioso olhar os antecedentes, causas e fatores do convite, urge dizer, porque é a verdade, que chegou para a América espanhola a hora de declarar a sua segunda independência. (MARTÍ, 1980: 170)

O Estado de S. Paulo também assumiu uma posição crítica em relação aos norte-americanos, principalmente, em relação à forma e aos motivos da intervenção armada efetuadas no território cubano. Essa mudança política dos norte-americanos foi o grande assunto das notícias publicadas pelo periódico. Inicialmente, a criação do Ministério das

Colônias repercutiu de forma negativa no periódico, causando duras críticas às reais intenções dos norte-americanos em relação ao território cubano, corroborando os temores de José Martí, como noticiado no dia 26 de setembro:

Os Nossos Telegrammas, 26 de setembro de 1898

Um telegrama ontem publicado diz que o presidente McKinley resolveu criar mais um ministério, o das colônias.

A mudança de política que este ato representa, é a confirmação do juízo que em quase todos os países se formou da intervenção norte-americana na questão de Cuba. [...]

A intervenção, tal qual se realizou indicava logicamente esta nova orientação. Os Estados Unidos intervieram em Cuba, porque nessa colônia espanhola, as portas daquela República, havia altos interesses americanos prejudicados pela guerra civil, e porque a Espanha, sem poder dominar o movimento separatista, deixava a ilha de Cuba arruinar-se rapidamente.

O governo de Washington não reconheceu nunca a qualidade de beligerantes aos cubanos. Intimando a Espanha a abandonar a ilha, o fez a pretexto de humanidade, para livrar os cubanos das atrocidades atribuídas aos espanhóis, sem, todavia lhes oferecer a independência. Desde que o exército americano desembarcou naquela ilha, ficou patente que os Estados Unidos trabalhavam somente pelos seus próprios interesses. De há muito que surgira para os norte-americanos o problema da colocação da subprodução industrial. Sem novos mercados a prodigiosa e colossal indústria da América do Norte está sem remédio [...] Esses mercados abrem-se em Cuba, em Porto Rico e nas Filipinas e talvez, em breve, se abram em outros portos. [...]

Hoje, com a criação do ministério das colônias, fica-se sabendo que em Washington desapareceram os escrúpulos constitucionais que têm impedido que aquela grande nação acompanhe as potências européias na expansão por meio de colônias.

Abre-se, assim, na história norte-americana uma nova era. (“OESP”. 26/09/1898: 01)

Assim, a opinião pública, as conveniências do comércio internacional e a importância excepcional da produção e os interesses afins colocaram os Estados Unidos definitivamente no caminho das grandes potências. O exército e a esquadra foram expandidos e as fronteiras internacionais cresceram imensamente. Com isso, pode concluir-se que os norte-americanos buscavam manter-se como a grande potência industrial que eram e, além disso, tornar-se uma grande potência mundial com força suficiente para interferir na política internacional. Nesse momento encerra-se o ciclo do Império espanhol e inicia-se o imperialismo norte-americano.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho discutimos a guerra de independência cubana entre os anos de 1895 e 1898, por meio do posicionamento e da repercussão do jornal *O Estado*

de S. Paulo. Tal conflito colocou em oposição, em um primeiro momento, os revolucionários cubanos e a coroa espanhola e, posteriormente, os Estados Unidos e a Espanha e desencadeou, de maneira singular, um acirrado debate, no veículo de comunicação estudado, acerca das implicações que o conflito provocou no continente americano, com o fim do colonialismo espanhol e início de uma nova fase da política exterior dos Estados Unidos para a América Latina.

O Estado de S. Paulo entre os anos de 1895 e 1897 apresentou uma linha definida de posicionamento, que vai se manter até a intervenção norte-americana no território. Em relação a Cuba, nota-se uma declarada defesa dos objetivos cubanos, baseados nos ideais próprios do jornal – postura liberal, republicana e de defesa da soberania nacional – e, mais importante, uma forte defesa dos ideais americanistas ou pan-americanistas, tão presentes na época e que pregavam o direito de Cuba ser, também, independente

O jornal colocou-se favorável às manifestações norte-americanas em relação ao conflito, respeitando o “Destino Manifesto” e os direitos norte-americanos. Destacou-se, também a clareza com que o jornal demonstrou a aceitação da tutela e da proteção norte-americana, que evocando os interesses dos países americanos defendia, sobretudo, os seus próprios interesses.

Em relação à Espanha, o periódico apresentou poucas questões acerca das relações e das posições do Brasil para com aquele país. É evidente que ao se posicionar a favor do movimento revolucionário cubano o país e o periódico estavam automaticamente contra os interesses espanhóis. Mas, esse posicionamento não se deu mediante grandes crises diplomáticas ou ruptura de relações, mas sim através de um respeito e uma exaltação da cultura e da história espanhola, mas, reconhecendo que já tinha ultrapassado o seu tempo de potência colonialista.

No ano de 1898 o jornal muda sua postura em relação ao conflito, nesse momento o periódico passa a analisar cada fato separadamente, ao invés de seguir uma linha definida de defesa ou de oposição em relação aos países envolvidos no conflito.

Em relação à Espanha o periódico divide seu posicionamento em dois momentos. Primeiramente o periódico apóia a postura espanhola de não ceder às pressões norte-americanas, pois estas como será discutido posteriormente, não visavam o bem-estar do território cubano, mas sim seus interesses próprios. O incidente do

Maine causou grandes problemas, mas o jornal considerou absurda a hipótese da responsabilidade espanhola pela explosão, pois isso se opunha aos interesses espanhóis de manterem suas colônias e resolver diplomaticamente as diferenças existentes com os norte-americanos. Essa postura se dá, também, pelo descrédito que gozava a revolução cubana nas páginas do periódico, pois considerava que os ideais e a fidelidade à causa revolucionária estavam declinando em decorrência dos interesses pessoais existentes entre alguns líderes revolucionários.

Com o início da guerra entre Espanha e Estados Unidos e, a consequente derrota dos espanhóis, o periódico julgou errada a decisão da coroa espanhola de entrar no conflito militar, pois considerava que esta se precipitou em afirmar que possuía condições militares de enfrentar os Estados Unidos. O jornal observou que se a Espanha não tivesse cedido ao conflito militar teria a possibilidade de manter suas colônias, exceto Cuba que era o foco das pressões norte-americanas, e o comércio que mantinha com elas, além de não aumentar de forma exacerbada a crise e a dívida interna da monarquia espanhola.

Os Estados Unidos foram duramente criticados pelo *Estado de S. Paulo*. O jornal baseava suas acusações na mudança da política externa dos norte-americanos, que passava de uma defesa e organização dos territórios e da situação interna, para um furor expansionista, causado pela expansão industrial e comercial. A opinião pública e alguns setores governamentais, influenciados por uma imprensa sensacionalista, foram acusados de serem a real motivação dos Estados Unidos de entrarem no conflito. O periódico considerava inadmissível que os americanos interviessem em Cuba sem reconhecer a independência da ilha ou o estado de beligerância dos revolucionários cubanos. Assim, as necessidades comerciais, a opinião pública e a importância do território cubano foram as motivações a intervenção norte-americana e as bases da crítica do *Estado de S. Paulo* à atitude intervencionista dos Estados Unidos.

Referências Bibliográficas

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora UNESP. 1995

CAPELATO, Maria Helena e PRADO; Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1980

FRAGINALS, Manoel Moreno. *Cuba-Espanha-Cuba: uma história comum*. Bauru: EDUSC. 2005

GOTT, Richard. *Cuba: Uma nova História*. Londres: Yale University Press. 2004. Edição brasileira. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2006

KARNAL, Leandro. [et al]. *História dos Estados Unidos das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008

MARTÍ, José. *Nossa América: antologia*. São Paulo: Coleção Nossa América. Editora Hucitec. 1980

PRADO, Maria Lígia. *O Brasil e a “distante América do Sul”* In Revista de História São Paulo: USP n° 145 2001 p 127-150.

THOMAS, Hugh. *Cuba: la lucha por la libertad 1762-1970*. Barcelona: Ediciones Grijalbo. 1973

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*, Bauru: Edusc, 1998.